



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 11 matérias

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 25 de janeiro de 2011

O ESTADO DE SÃO PAULO Governo vai descontar despesas com o PAC para atingir meta de superávit	1
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Governo admite corrigir tabela do Imposto de Renda	2
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO BRASIL ESTUDA COMO PRESSIONAR CHINA	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO GOVERNO QUER NEGOCIAR GUERRA FISCAL COM ESTADOS	5
VEICULAÇÃO NACIONAL	
PORTAL DA AMAZÔNIA Mercadante critica falta de pesquisadores na Amazônia	7
VEICULAÇÃO NACIONAL	
PORTAL DA AMAZÔNIA Amazonas sedia Encontro Nacional da Rede CIN a partir desta terça-feira	8
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP TATIANA LACERDA PRAZERES VAI SUBSTITUIR WELBER BARRAL NA SECEX	9
VEICULAÇÃO NACIONAL	
JORNAL BOM DIA BRASIL / TV GLOBO Pequenas e médias empresas comemoram tempos de prosperidade	10
VEICULAÇÃO NACIONAL	
JORNAL BOM DIA BRASIL / TV GLOBO Economia brasileira vai crescer mais que o previsto pelo FMI em 2011	11
VEICULAÇÃO NACIONAL	
MACEIO AGORA / NOTÍCIAS Novo Congresso tem 23 MPs à espera; veja a lista	12
VEICULAÇÃO NACIONAL	
AMAZONIA / BLOG Ministro de C&T, Aloizio Mercadante, reuni-se com dirigentes de instituições da área de ciência, tecnologia e Inovação da Região Amazônica	15
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Governo vai descontar despesas com o <u>PAC</u> para atingir meta de superávit		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Objetivo de economizar 3,1% do PIB só será alcançado pelo setor público se R\$ 11 bilhões de gastos do PAC forem considerados investimentos

Adriana Fernandes

Para cumprir a meta de fazer um superávit primário de 3,1% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2010, o governo vai utilizar uma brecha prevista pela legislação e reduzir das suas despesas parte dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Segundo apurou o "Estado", o "desconto" chega a R\$ 11 bilhões, ou 0,3% do **PIB**.

O instrumento contábil foi necessário por causa da escalada de gastos em 2010. A meta de superávit primário (arrecadação menos despesa, antes do pagamento dos juros da dívida) engloba as contas do Governo Central (Tesouro Nacional, INSS e Banco Central), Estados e municípios. As estatais foram retiradas do cálculo em decisão anunciada pela equipe econômica no fim do ano passado.

A política fiscal brasileira tem um instrumento que permite ao governo, no caso de não cumprimento do superávit primário previsto para o setor público, recorrer às despesas pagas com projetos incluídos no PAC, de modo que se possa considerar que a meta foi atingida. Ou seja, com essa medida o governo poderá deixar de contabilizar como despesa cerca de R\$ 11 bilhões do total gasto com o PAC, facilitando assim o cumprimento da meta para 2010.

Essa flexibilidade foi adotada para que o governo pudesse deslanchar os investimentos considerados prioritários para o País, sem as amarras fiscais previstas. Assim, apesar de os investimentos continuarem sendo computados como despesas, eles também podem ser deduzidos da meta do superávit primário.

Complicação. A revisão para cima do **PIB** do ano passado tornou mais complicada a tarefa do governo para o cumprimento da meta de superávit primário.

Segundo uma fonte, com o **PIB** maior, a meta em valores nominais ficou cerca de R\$ 2 bilhões mais salgada. Além disso, Estados e municípios tiveram um desempenho

abaixo do esperado, como já adiantou, no início do ano, o ministro da Fazenda, Guido Mantega.

Mas o resultado fiscal reflete, sobretudo, a política de expansão de gastos em ano eleitoral, que colocou o cumprimento da meta em xeque, mesmo com os artifícios contábeis utilizados para inflar as receitas do **Governo Federal**. Os dados fiscais ainda estão sendo fechados e serão anunciados na próxima segunda-feira pelo Banco Central.

Ao longo do ano passado, o ministro Mantega deu repetidas declarações assegurando que o governo faria a chamada "meta cheia", sem o uso do abatimento dos investimentos do PAC.

Em dezembro, ele chegou até mesmo a apostar uma caixa de vinho "do bom" que a meta cheia seria cumprida. Poucas semanas depois, no entanto, o ministro recuou e admitiu dificuldades no cumprimento da meta, colocando a culpa nos Estados.

Aperto. A equipe econômica reduziu a meta de 3,3% para 3,1% do **PIB**, com a retirada das contas da Eletrobrás do cálculo do superávit primário.

E, mesmo com o ingresso de R\$ 31,9 bilhões de receitas decorrentes da operação de capitalização da Petrobrás e com o uso de outras manobras contábeis, ficou apertado para o governo cumprir a meta cheia.

Para 2011, o governo promete fazer um ajuste fiscal com um grande bloqueio de despesas do Orçamento.

Mantega já disse que poderá ser feita até uma poupança fiscal adicional à meta de superávit primário.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Governo admite corrigir tabela do Imposto de Renda		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Presidente Dilma Rousseff pediu ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, simulações sobre o impacto fiscal da correção

Lu Aiko Otta

O governo vai acenar com a possibilidade de corrigir a tabela de recolhimentos do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) ainda em 2011, na reunião com as centrais sindicais marcada para amanhã.

A presidente Dilma Rousseff encomendou ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, simulações sobre o custo dessa medida. Pediu também para calcular o impacto nas contas públicas de um novo aumento no salário mínimo, apesar de haver sacramentado, na reunião ministerial há duas semanas, que o valor ficaria mesmo em R\$ 545.

Dilma quer ouvir as centrais para então formular uma proposta, segundo informou o secretário-geral da Presidência, Gilberto Carvalho, por intermédio de sua assessoria. Ele será o interlocutor dos sindicalistas.

A tabela do IR não foi corrigida de 2010 para 2011 e as centrais defendem um reajuste de 6,46% nos valores. Essa reivindicação será apresentada com a elevação do mínimo para R\$ 580 e o reajuste das aposentadorias acima do mínimo em 10%.

"É um absurdo não corrigir a tabela porque a maioria das categorias teve aumento real que vai ser comido pela Receita Federal", disse o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Artur Henrique da Silva Santos. "Para mim, isso é apropriação indébita."

Se a tabela for corrigida, a Receita deixará de arrecadar cerca de R\$ 5,75 bilhões, segundo informou o presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, deputado pelo PDT paulista. A conta foi feita pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Já a elevação do mínimo a R\$ 580, geraria um gasto extra de aproximadamente R\$ 12 bilhões.

Ou seja, os dois itens elevariam o esforço fiscal em R\$ 17,75 bilhões e tornariam ainda mais difícil o desafio de equilibrar as contas públicas este ano. Para bancar essa despesa extra, seria necessário aprofundar os cortes no Orçamento de 2011 que, segundo estimativas de economistas do **mercado**, precisariam ser da ordem de R\$ 60 bilhões, sem considerar o novo mínimo e a correção da tabela.

Propostas. As contas pedidas por Dilma sugerem que ela poderá propor aos sindicalistas uma combinação entre alguma correção da tabela e algum aumento para o mínimo, mas não no nível que eles querem. Há no governo quem defenda que a tabela seja de fato corrigida e o mínimo seja mantido em R\$ 545. Faz sentido do ponto de vista técnico, pois os R\$ 545 são resultado de uma fórmula defendida pelos próprios sindicalistas: inflação do ano anterior e crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) de dois anos atrás.

No entanto, é uma aposta complicada do ponto de vista político, pois as centrais defendem que haja uma exceção à fórmula de cálculo do mínimo em 2011 por causa do "tombo" do **PIB** em 2009. Os sindicalistas não aceitam trocar a correção da tabela pelo reajuste do mínimo. "São assuntos diferentes", afirmou Artur Henrique.

Paulinho também rejeitou a troca. "Como vou defender tirar dos pobres para dar para os menos pobres? Seria incoerente." Posição também defendida pelo presidente da Central Geral dos Trabalhadores do **Brasil**, Antônio Neto. "São coisas independentes e diferentes."

A reunião com Carvalho representa a retomada de um diálogo prometido para o final do ano passado, mas ficou suspenso porque Dilma, então presidente eleita, não autorizou a área econômica a fazer contraproposta aos sindicalistas. "O governo demorou muito em negociar conosco", criticou Artur Henrique.

O resultado desse atraso, disse ele, é que o Congresso, que vai aprovar os novos valores do mínimo e da tabela do IR, vai fazer um "leilão" com partidos

competindo para defender a proposta mais generosa. "O PSDB vai defender o mínimo de R\$ 600, o PSOL de R\$ 700 e se tivesse algum deputado do PSTU ia defender R\$ 2.130, que é o mínimo do Dieese." Ou seja, a conta pode

ficar ainda mais salgada. / COLABOROU TÂNIA MONTEIRO

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO BRASIL ESTUDA COMO PRESSIONAR CHINA		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Governo ameaça não formalizar status de economia de mercado àquele país

Eliane Oliveira

BRASÍLIA. No momento em que busca reerguer os setores prejudicados pelo avanço dos produtos chineses, o governo esbarra em dificuldades práticas, a começar pelo fato de o Brasil ter reconhecido a China como economia de mercado em 2004. As autoridades brasileiras ameaçam não formalizar o novo status, enquanto as chinesas reSSIONAM e afirmam que o Brasil assinou mas não cumpriu o emorando de intenções.

Quando um país não é formalmente reconhecido como economia de mercado, é mais fácil comprovar a existência de dumping (preço abaixo do custo de produção) ou subsídios e exigir compensações. Basta comparar os valores das mercadorias que entram no país com os preços em terceiros mercados. Mas, se a economia chinesa for vista pelo Brasil como economia de mercado, os investigadores terão de buscar dados sobre custos e mão de obra na própria China, o que não é fácil, explicou uma fonte. Ou seja, quando o governo brasileiro reconhecer o status reivindicado pelos chineses, será mais difícil instaurar um processo.

- Esse reconhecimento nunca nos afetou. O problema é se isso for formalizado. Aí não seria mais possível usar terceiros países para fazer comparações - confirma Marcos Imamura, sócio da Guedes, Bernardo e Imamura Consultoria, especializada em dumping.

Segundo uma fonte que participou das discussões, o reconhecimento quase ocorreu no fim de 2010, por pressão chinesa.

O governo brasileiro, porém, fez um recuo estratégico: quer negociar compensações para o câmbio artificial que mantém o yuan desvalorizado frente ao dólar. Mesmo porque Dilma Rousseff vai a Pequim em abril e não quer voltar de mãos vazias. Um dos trunfos brasileiros é a forte dependência da China por alimentos e recursos naturais. Ela importa do Brasil cerca de US\$ 20 bilhões por ano de soja e minério de ferro. Mas qualquer passo exige cautela, para que o Brasil não seja alvo de ações na Organização Mundial do Comércio

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO GOVERNO QUER NEGOCIAR GUERRA FISCAL COM ESTADOS		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Será proposta redução do ICMS para determinados itens e serviços. Energia, transporte e internet estão na lista

Martha Beck

BRASÍLIA. Ciente de que não conseguirá fazer uma reforma tributária completa, o governo está se preparando para negociar acordos com os estados e fazer ajustes pontuais na legislação que minimizem os efeitos da guerra fiscal no país. Segundo assessores da presidente Dilma Rousseff, a ideia é trabalhar em duas frentes: uma para tentar reduzir mais diretamente a carga de impostos de setores importantes para o crescimento da economia - como energia e transporte - e outra para acabar com incentivos desleais concedidos por governos estaduais para atrair novos negócios. - Se conseguirmos avançar de fato nessas áreas ao fim de quatro anos, já ficaremos satisfeitos - disse um técnico.

Diminuição do imposto seria gradual

A primeira iniciativa é levar ao Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) - que reúne os secretários de Fazenda de todos os estados - uma proposta de redução conjunta do ICMS para produtos e serviços específicos. Para evitar uma perda de receita grande, essa redução poderia ser fixada de acordo com um cronograma pelo qual as alíquotas cairiam ao longo do tempo, e não de uma vez. A União também poderia dar alguma contrapartida sobre os mesmos produtos e serviços, mas esta ainda não está definida.

Entre os setores que serão alvos dessa negociação estão energia e transporte, nos quais o ICMS tem grande peso. Mas uma primeira iniciativa já foi dada no Plano Nacional de Banda Larga, que oferecerá acesso à internet de alta velocidade para a população a preços mais acessíveis. O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, já propôs ao Confaz que os estados reduzam o imposto para esse serviço, que hoje pode chegar a 25%. Segundo o coordenador do Confaz e secretário de Fazenda da Bahia, Carlos Martins, os estados poderiam concordar com a

medida desde que houvesse um compromisso das operadoras de repassar o benefício aos preços cobrados dos consumidores: - A redução do ICMS tem de se transformar numa redução de preços - afirmou.

Empresa pode pedir reembolso de imposto pago Já a guerra fiscal será atacada por etapas, sendo que a mais urgente, na avaliação dos técnicos, é a concessão de incentivos para atrair investimentos e negócios de empresas, especialmente exportadoras. Hoje, uma empresa pode comprar matéria-prima fora de seu estado de origem. Quando isso ocorre, ela paga a alíquota do ICMS interestadual que é de 7% no Sul e no Sudeste, com exceção do Espírito Santo, e de 12% demais). Uma empresa pode decidir, por exemplo, comprar matérias-primas num estado em que a alíquota interestadual é de 12%. Se ela for sediada num lugar em que a alíquota do ICMS é de 18%, a tributação será a seguinte: a empresa vai recolher 12% e, em sua origem, só terá de pagar a diferença: 6%.

A partir daí, o problema se agrava. As empresas podem pedir ressarcimento sobre o ICMS pago. Mas os estados reclamam de ter de devolver créditos de tributos que foram recolhidos em outra unidade da federação. Além disso, há o problema de incentivos adicionais que são concedidos às empresas. Muitos empresários não chegam a pagar efetivamente o ICMS na compra de matérias-primas. Proposta de Romero Jucá zera alíquotas interestaduais Alguns governos, como os de Santa Catarina e Espírito Santo, ainda atraem as empresas de outros estados com redução do ICMS para que sua infraestrutura portuária seja utilizada. Mesmo assim, os empresários pedem em seus estados o ressarcimento do tributo. Nesse caso,

ninguém quer ressarcir o que o empresário o pagou de fato. Nessa linha, o governo quer fazer andar um projeto do senador Romero Jucá (PMDBRR) que tramita no Congresso e acaba com esses incentivos adicionais. A proposta reduz a zero a alíquota do ICMS nas operações interestaduais com mercadorias importadas, fazendo com

que os empresários recolham o tributo no estado em que estão sediadas.

Portanto, se aprovado, o projeto inviabiliza os benefícios capixaba e catarinense.

Também estuda-se a retomada da antiga proposta de criação de um fundo de compensações para os estados

na hora de fazer o ressarcimento aos empresários. Ele seria criado para compensar as perdas que os estados terão com a implantação de uma nova regra para o **ICMS**. Uma parte dos recursos viria de um fundo constitucional. A outra parte teria de ser definida em legislação complementar.

	VEÍCULO PORTAL DA AMAZÔNIA	EDITORIA	
	TÍTULO Mercadante critica falta de pesquisadores na <u>Amazônia</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Ministro da Ciência e Tecnologia, Aluízio Mercadante
- Foto: Diego Oliveira/Portal Amazônia

MANAUS - O ministro de Ciência e Tecnologia (MCT), Aluízio Mercadante, em viagem a **Manaus**, visitou o Instituto de Pesquisas da **Amazônia** (Inpa), hoje (24). Em coletiva de imprensa, realizada nesta tarde, ele falou sobre projetos e estudos desenvolvidos na região. Segundo o ministro, a falta de profissionais capacitados na área é o maior desafio para comandar trabalhos de qualidade.

Mercadante ressaltou que nos nove estados da **Amazônia**, só existem sete pesquisadores especializados em catalogação de espécies de árvores. Anualmente, o **Brasil** forma 11 mil doutores, sendo apenas 40 especializados em Biologia na **Amazônia**. “A região merece um olhar diferenciado do Brasil”, destacou.

O ministro garantiu que o MCT pretende aumentar o investimento em pesquisas para a realização simultânea de mais estudos sem comprometer a qualidade. A pasta deve ainda apoiar a construção de mais parques tecnológicos para modernização do conhecimento.

O potencial do **Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA)** recebeu destaque, mas Mercadante lembrou da necessidade de revitalizar o instituto para suprir carências, gerando empregos e melhorando as pesquisas. Para isso, ele disse estudar parcerias com empresas privadas do Polo Industrial de **Manaus (PIM)**, com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e **Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa)**.

Também participaram da coletiva o diretor do Inpa, Adalberto Luís Val, o coordenador do Instituto de **Desenvolvimento Sustentável Mamirauá**, Helder Lima Queiroz, o Secretário do MCT, Carlos Nobre, e Nilson Gabas, diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi. Estavam presentes

ainda os senadores João Pedro (PT) e Vanessa Grazziotin (PCdoB).

Incentivo

O ministro afirmou considerar **importante** a maior valorização da qualificação de profissionais em Ciência e Tecnologia no **Amazonas**. “O estado é responsável por 8% do Produto Interno Bruto (**PIB**) do país, mas apenas 2,5% do montante é investido na área”, comentou.

Clima

O **Governo Federal** planeja ampliar o número de radares para **monitoramento** do clima, principalmente na **Amazônia**. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) receberá, nos próximos quatro anos, no mínimo 15 novos equipamentos para **monitorar** todo o território brasileiro, além de pluviômetros e hidrômetros.

Chuvas no Rio de Janeiro

Segundo o ministro, para que a catástrofe não se repita é preciso fazer um levantamento geotécnico das áreas de risco no Rio de Janeiro. A maior dificuldade do plano é a falta de geólogos especialistas no assunto. O **Brasil** conta com apenas 100 profissionais capacitados para o serviço. É necessário também organizar a Defesa Civil e treinar a população sobre como agir em situações de risco. (MS)

	VEÍCULO PORTAL DA AMAZÔNIA	EDITORIA	
	TÍTULO Amazonas sedia Encontro Nacional da Rede CIN a partir desta terça-feira		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

MANAUS - A Rede de Centros Internacionais de Negócios (Rede CIN), que trabalha pela internacionalização de empresas brasileiras, realiza a partir de amanhã (25) o Encontro Nacional de Gerentes. O evento será sediado pela primeira vez na Federação das Indústrias do Estado do **Amazonas (FIEAM)** e terá, além de palestras, visitas técnicas da comitiva a duas grandes empresas **exportadores** do Estado: a Nokia e a Moto Honda.

O encontro terá a duração de quatro dias. Nesta terça-feira, inicia às 14h30 com a palestra Oportunidades e Inovação: um novo modelo para empreender, ministrada pelo do consultor do Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional), Cláudio Forner. O palestrante é instrutor líder do Empretec Brasil, foi conselheiro do Roberto Justus no Programa Aprendiz 5, e é diretor da empresa Forner Consulting. A palestra do consultor será transmitida para todo o país via videoconferência.

A progração de amanhã conta ainda com a exposição do coordenador geral de acompanhamento de Projetos Industriais da **Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa)**, Gustavo Adolfo Filgueiras. Ele fará uma exposição sobre a Política de **Desenvolvimento** do Polo Industrial de **Manaus (PIM)** aos representantes das federações das indústrias de todo país que estarão reunidos no encontro.

Ambas as palestras serão realizadas no Auditório Ernani Leão de Freitas, edifício da **FIEAM**, 4º andar (Avenida Joaquim Nabuco, 1919). Informações: 3186-6511 (CIN **Amazonas**) ou 3186-6569 (Assessoria de Comunicação).



VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
TÍTULO TATIANA LACERDA PRAZERES VAI SUBSTITUIR WELBER BARRAL NA SECEX		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A Secretaria de **Comércio** Exterior (Secex) do **Ministério** do desenvolvimento, Indústria e **Comércio** Exterior (**Mdic**) ficará a cargo de Tatiana Lacerda Prazeres, servidora pública de carreira e analista de **comércio** exterior. Ela substituirá Welber Barral. Gustavo Saboia Fontenele e Silva

também foi nomeado como novo secretário-executivo do Conselho Nacional de Zonas de Processamento de **Exportações** (CZPE).

	VEÍCULO JORNAL BOM DIA BRASIL / TV GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Pequenas e médias empresas comemoram tempos de prosperidade		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

APRESENTADOR ALEXANDRE GARCIA: Mercado de trabalho. O Brasil tem boas notícias para contar, mas também notícias ruins. Todas revelam os desafios e as conquistas de um país em transformação.

APRESENTADORA RENATA VASCONCELLOS: Nós começamos esta edição com as histórias felizes. O pequeno negócio não é mais uma aventura. Virou garantia de lucro. Então vamos a Brasília falar com a Zileide Silva. Zileide, hoje, muitos brasileiros têm bons motivos para comemorar.

APRESENTADORA ZILEIDE SILVA: Ainda bem, não é, Renata? Porque a participação de micro e pequenas empresas na economia do país aumentou e deve aumentar ainda mais. Motivos não faltam: economia em crescimento, novos consumidores, Copa do Mundo, Olimpíadas. Por isso, micro e pequenos empresários planejam investir e com isso ter lucros ainda maiores, mas sabem que têm que se preparar.

REPÓRTER GEIZA DUARTE: Da perfuração de poços para a construção de casas populares. O aquecimento da economia e os programas de financiamento da casa própria para famílias de baixa renda deram o empurrão que Francisco precisava. No ano passado, a pequena empresa dele construiu e vendeu 12 casas na periferia de Brasília. Este ano Francisco espera dobrar o faturamento.

EMPRESÁRIO/FRANCISCO CASTRO JÚNIOR: Em todo o Brasil a procura está muito grande. Realmente não pode se queixar não. Tem que procurar mais lotes e construir mais unidades e gerar mais emprego.

REPÓRTER GEIZA DUARTE: Os donos de bares e lojas não têm do que reclamar. Dois mil e dez foi um bom ano para os micro e pequenos empresários. Em 2002 metade das empresas fechou as portas antes de completar dois anos. Em 2010 a taxa de sobrevivência dos pequenos negócios aumentou. Só 22% faliram no prazo de dois anos. E a expectativa para os próximos anos é ainda mais animadora. De olho nos negócios que devem surgir com a Copa do Mundo de 2014, os pequenos empresários investem em novos projetos

e na qualificação dos funcionários. Construção civil, tecnologia da informação, turismo, comércio e agronegócios são setores que devem crescer.

DIRETOR DO SEBRAE/CARLOS ALBERTO DOS SANTOS: É uma oportunidade de ouro. E as pequenas empresas vão ser beneficiadas na medida que vão ter uma forte demanda pelos seus produtos e serviços.

REPÓRTER GEIZA DUARTE: A engenheira Hermi Pires faz planos. A empresa dela constrói redes de esgoto para tratar a água que pode ser reutilizada na irrigação de áreas verdes. Tem sete funcionários, mas já decidiu: vai contratar mais e investir em equipamentos.

ENGENHEIRA/HERMI PIRES: Se for uma obra maior, um volume de esgoto maior, ou uma construção maior, a gente quer estar preparados para atender a demanda que nos chegar.

REPÓRTER GEIZA DUARTE: Hermi aposta na construção do novo estádio de futebol em Brasília.

ENGENHEIRA/HERMI PIRES: O meu sonho é irrigar a grama do estádio com água de reuso.

APRESENTADORA ZILEIDE SILVA: Micro e pequenas empresas são responsáveis pela contratação de mais da metade de trabalhadores do país, Alexandre – 53%.

APRESENTADOR ALEXANDRE GARCIA: Pois é, e agora, Zileide, as chances para a pequena e média empresa estão maiores.

	VEÍCULO JORNAL BOM DIA BRASIL / TV GLOBO		EDITORIA
	TÍTULO Economia brasileira vai crescer mais que o previsto pelo FMI em 2011		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

APRESENTADOR ALEXANDRE GARCIA: O Brasil subiu na avaliação do Fundo Monetário Internacional (FMI). Relatório divulgado na manhã desta terça-feira (25) mostra que a economia brasileira vai crescer mais do que o previsto este ano: 4,5%. Mas o FMI fez um alerta para as economias emergentes: existe o risco de inflação. O Fundo Monetário recomenda corte de gastos públicos.

	VEÍCULO MACEIO AGORA / NOTÍCIAS	EDITORIA	
	TÍTULO Novo Congresso tem 23 MPs à espera; veja a lista		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Nova legislatura começa com uma prática antiga: o trancamento das votações por causa de MPs

por Congresso em Foco

Uma pauta formada por 23 medidas provisórias aguarda pela chegada dos parlamentares eleitos ou reeleitos em outubro. A nova legislatura começa com uma prática antiga: o trancamento das votações por causa de MPs. Entre elas, a que fixa em R\$ 540 o salário mínimo a partir de 1º de janeiro. Após pressão do PMDB, motivada por uma disputa por cargos no governo, o Executivo admitiu elevar o valor para R\$ 545 durante a tramitação da proposta no Congresso ou por meio de outra proposição.

Quando os parlamentares tomarem posse, no dia 1º de fevereiro, três MPs terão preferência de votação na Câmara e uma no Senado. As demais começam a tramitar assim que forem lidas em plenário, possivelmente no dia 3. Entre elas, está a que institui um banco de dados de bons pagadores, o chamado cadastro positivo.

De todas as medidas provisórias à espera do Congresso, apenas duas foram assinadas pela presidenta Dilma: a MP 522/11, que abre crédito extraordinário de R\$ 780 milhões para os Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, e a MP 523, que autoriza financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (**BNDES**) para empresas e microempreendedores individuais dos municípios fluminenses em estado de calamidade. As duas proposições têm como objetivo amenizar os estragos provocados pelas chuvas no Sudeste, sobretudo, no estado do Rio de Janeiro.

Veja a relação das medidas provisórias que aguardam exame do novo Congresso:

MP 501/10

Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2010, com o objetivo de fomentar as exportações do País; altera as Leis no 12.087, de 11 de novembro de 2009, e nº 10.260, de 12 de julho de 2001; modifica condições para a concessão da subvenção em operações de financiamento de que trata o art. 1º da Lei nº

12.096, de 24 de novembro de 2009, que autoriza a concessão de subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - **BNDES**, em operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital e à inovação tecnológica; e dá outras providências.

Tranca a pauta do Senado.

MP 502/10

Dá nova redação às Leis nos 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta; cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva, e dá outras providências.

Tranca a pauta da Câmara.

503/10

Ratifica o Protocolo de Intenções firmado entre a União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro, com a finalidade de constituir consórcio público, denominado Autoridade Pública Olímpica - APO.

Tranca a pauta da Câmara.

504/10

Dá nova redação ao art. 1º da Lei no 5.851, de 7 de dezembro de 1972, que autoriza o Poder Executivo a instituir empresa pública, sob a denominação de Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

Tranca a pauta da Câmara.

505/10

Constitui fonte de recursos adicional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - **BNDES.**

Tranca a pauta da Câmara.

506/10

Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, no valor de R\$ 210.000.000,00, para o fim que especifica.

Tranca a pauta da Câmara.

507/10

Institui hipóteses específicas de sanção disciplinar para a violação de sigilo fiscal e disciplina o instrumento de mandato que confere poderes a terceiros para praticar atos perante órgão da administração pública que impliquem fornecimento de dado protegido pelo sigilo fiscal.

Tranca a pauta da Câmara.

508/10

Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, no valor de R\$ 968.185.382,00, para os fins que especifica.

Tranca a pauta da Câmara.

509/10

Dá nova redação ao parágrafo único do art. 7º da Lei no 11.668, de 2 de maio de 2008, que dispõe sobre o exercício da atividade de franquia postal.

Tranca a pauta da Câmara.

510/11

Regula o cumprimento de obrigações tributárias por consórcios que realizem negócios jurídicos em nome próprio; dá nova redação ao art. 31 da Medida Provisória no 497, de 27 de julho de 2010, que promove desoneração tributária de subvenções governamentais destinadas ao fomento das atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica nas empresas e institui o Regime Especial de Tributação para construção, ampliação, reforma ou modernização de estádios de futebol - RECOM; acresce dispositivos à Lei no 10.168, de 29 de dezembro de 2000, que institui contribuição de intervenção de domínio econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação; e dá outras providências.

Tranca a pauta da Câmara.

511/10

Dispõe sobre medidas para assegurar a sustentabilidade econômico-financeira do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, sobre autorização para garantia do financiamento do Trem de Alta Velocidade - TAV, no trecho entre os Municípios do Rio de Janeiro - RJ e Campinas - SP, e dá outras providências.

Tranca a pauta da Câmara a partir do dia 2 de fevereiro.

512/10

Altera a Lei no 9.440, de 14 de março de 1997, que estabelece incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e da indústria automotiva.

Tranca a pauta da Câmara a partir do dia 20 de fevereiro.

513/10

Autoriza o Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS a assumir, na forma disciplinada em ato do Conselho Curador do Fundo de Compensação de Variações Salariais - CCFCVS, direitos e obrigações do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH, oferecer cobertura direta a contratos de financiamento habitacional averbados na Apólice do SH/SFH, autoriza o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte - DNIT a utilizar recursos federais em apoio à transferência definitiva do domínio da malha rodoviária federal para os Estados, acresce o Porto do Pólo Industrial de Manaus no item 4.2 da Relação Descritiva dos Portos Marítimos, Fluviais e Lacustres, integrante do Anexo do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei no 5.917, de 10 de setembro de 1973, e dá outras providências.

Tranca a pauta da Câmara a partir do dia 20 de fevereiro.

514/10

Altera a Lei no 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, as Leis nos 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, e 4.591, de 16 de dezembro de 1964, e dá outras providências.

Tranca a pauta da Câmara a partir do dia 26 de fevereiro.

515/10

Abre crédito extraordinário em favor da Justiça do Trabalho e de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 26.673.264.196,00, para os fins que especifica.

28-12-10

Aguardando leitura para começar a tramitar.

516/10

Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de janeiro de 2011.

Aguardando leitura para começar a tramitar.

517/10

Dispõe sobre a incidência do imposto sobre a renda nas operações que especifica, altera as Leis nos 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 11.478, de 29 de maio de 2007, e 12.350, de 20 de dezembro de 2010, institui o Regime Especial de Incentivos para o **Desenvolvimento** de Usinas Nucleares - RENUCLEAR, dispõe sobre medidas tributárias relacionadas ao Plano Nacional de Banda Larga, altera a legislação relativa à isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM, dispõe sobre a extinção do Fundo Nacional de **Desenvolvimento**, e dá outras providências.

Aguardando leitura para começar a tramitar.

518/10

Disciplina a formação e consulta a bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito.

Aguardando leitura para começar a tramitar.

519/10

Autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos para assistência humanitária internacional.

Aguardando leitura para começar a tramitar.

520/10

Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares S.A. - EBSERH e dá outras providências.

Aguardando leitura para começar a tramitar.

521/10

Altera a Lei no 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico-residente e prorroga o prazo de pagamento da Gratificação de Representação de Gabinete e da Gratificação Temporária para os servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União.

Aguardando leitura para começar a tramitar.

522/11

Abre crédito extraordinário em favor dos **Ministérios** dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 780.000.000,00, para os fins que especifica.

Aguardando leitura para começar a tramitar.

523/11

Publicada no DOU de 21.1.2011 Autoriza a concessão de subvenção econômica ao Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social - **BNDES**, em operações de financiamento destinadas a capital de giro e investimento de empresas e micro empreendedores individuais localizados em Municípios do Estado do Rio de Janeiro. Em tramitação.

(Com informações da Agência Senado e da Presidência da República)

	VEÍCULO AMAZONIA / BLOG	EDITORIA	
	TÍTULO Ministro de C&T, Aloizio Mercadante, reuni-se com dirigentes de instituições da área de ciência, tecnologia e Inovação da Região Amazônica		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa/MCT) recebe nesta segunda-feira (24) e terça-feira (25) a visita do Ministro de Ciência e Tecnologia (MCT), Aloizio Mercadante, para reunião com autoridades da área de ciência, tecnologia e inovação. Mercadante conhecerá alguns projetos, parcerias e pesquisas desenvolvidas no Instituto.

Na manhã de segunda-feira (24), o ministro fará reuniões internas com coordenadores e diretores do Inpa e representantes de institutos, universidades e centros de pesquisas na Região Amazônica como o Museu Paraense Emílio Goeldi, o Instituto Mamirauá, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Universidade do Estado do Amazonas (UEA), a Secretária de Estado de Ciência e Tecnologia do

Amazonas (SECT/AM) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam).

Aloizio Mercadante fará uma coletiva de imprensa, às 15h, na tarde da segunda-feira (24). Após coletiva, o ministro visitará também o Centro de Biotecnologia da Amazônica (CBA). Na terça-feira (25), Mercadante conhecerá os projetos desenvolvidos dentro da Reserva Experimental Adolpho Ducke, localizado no Km 26 da rodovia AM-010.

A chegada à reserva está prevista para as 10h30. No local, o Ministro vai conhecer a reserva que serve como suporte para vários segmentos de pesquisas realizadas pelo Inpa e de outras instituições nacionais e internacionais, além de abrigar o Jardim Botânico Adolpho Ducke, localizado no bairro Cidade de Deus, Zona Leste de Manaus.